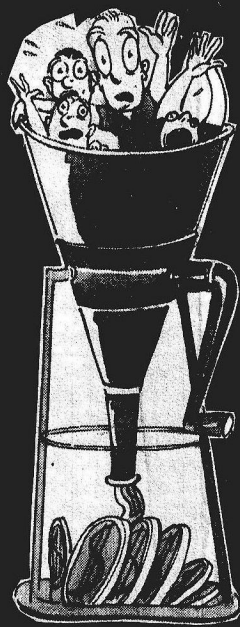


Cadê o dinheiro dos contribuintes? (Os Fundos comeram.)



Nos últimos anos, o governo criou dezenas de fundos para mascarar a aplicação do dinheiro público.

Uma "doença" grave, contagiosa e de difícil controle — o "fundismo" — está atacando o governo. O diagnóstico foi feito por especialistas e técnicos do próprio setor público. Eles mesmo explicam do que se trata: para não ter de dar muitas explicações a respeito da alocação de recursos arrecadados da sociedade, o governo criou, ao longo de muitos anos, uma parafernália de fundos, regidos por legislações específicas e de difícil controle. É a "doença" do hermetismo; ou seja, de apresentar determinadas contas públicas de maneira obscura, inacessível até mesmo para o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Somente no orçamento fiscal deste ano, o governo fez constar uma série de rubricas contemplando cerca de 40 fundos, sem fazer constar qualquer informação sobre para onde irão os recursos a eles destinados, para que projeto, para que setor ou obra. E foi exatamente deste modo, sem ter acesso a estas informações básicas, que o Congresso Nacional aprovou o orçamento deste ano, e irá apreciar, em setembro próximo, o novo orçamento fiscal para 1987. Este, por sua vez trará pelo menos mais dois novos fundos: os recém-criados FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento) e FNA (Fundo Nacional da Agropecuária). Somente este ano, ambos vão mobilizar um montante de Cz\$ 109 bilhões, segundo estimativas feitas pelo ministro Dilson Funaro, da Fazenda.

Os recursos movidos pelos fundos diretamente ligados à administração direta do governo federal representam nada menos que 53% do total dos recursos previstos no orçamento da União para este ano — Cz\$ 232,1 bilhões, contra um orçamento global de Cz\$ 438,6 bilhões —, incluindo-se aí os novos fundos e o PIS/Pasep. Este último é regido à parte do orçamento fiscal. Sem considerar-se o PIS/Pasep, os fundos do governo federal representam 48% do total da despesa orçamentária.

E a transparência?

Mas, além dos fundos diretamente contemplados pelo orçamento da União, há cerca de outros 50 fundos ligados à administração indireta. Destacam-se neste grupo os fundos de benefícios para os funcionários das empresas estatais, o Fundo de Assistência Social (FAS),

da Caixa Econômica Federal (CEF), o Fundo de Assistência à Liquidez (FAL) e, ainda, naturalmente, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), geridos pelo BNH.

Há, ainda, os fundos de investimento destinados às pessoas jurídicas e ligados a outros organismos oficiais, como o Banco do Brasil, o Basa (Banco da Amazônia S/A) e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil). Destacam-se aí os Fundos de Investimento do Nordeste (Finor), da Amazônia (Finam) e os de Investimentos Setoriais (Fiset) para pesca, reforestamento e turismo. Juntos, todos estes fundos mobilizam recursos que superam em muito os Cz\$ 438,6 bilhões previstos pelo orçamento fiscal de 1986.

Assessores do ministro Dilson Funaro interpelados sobre a proliferação do fundismo no corpo orçamentário do setor público, confirmam ser este um fator efetivo de preocupação, já que uma das linhas mestras definidas pela "Nova República" é a transparência nas atividades do governo. Ressaltam, contudo, que retirariam de dentro este contexto de mascaramento das contas públicas, o FGTS, e o PIS/Pasep, que são fundos — afirmam — destinados ao trabalhador, e que, de algum modo, atenuam os elevados índices de concentração de renda verificados no País.

Do mesmo modo, assessores da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), órgão responsável pela elaboração do orçamento da União,

e vinculado ao Ministério do Planejamento, concordam que os "fundismo" hoje existente no País, de fato mascara as contas do governo. Esta realidade, para eles, contudo, somente poderia ser modificada a partir de uma decisão política do governo, de extinguir parte destes fundos. Há entretanto, na SOF, quem considere ainda que, se por um lado o "fundismo" mascara as contas do governo, por outro lado dá aos organismos executores dos programas oficiais uma grande flexibilidade na aplicação dos recursos. Se esta flexibilidade vai ser boa ou danosa ao setor público — assinalam — vai depender da capacidade do administrador.

Mal terrível

Para o ex-secretário da SOF, Frederico Bastos, atualmente conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, contudo, não há meio termo nesta questão: o "fundismo" é a antiprogramação, o antiorçamento; é um mal terrível que precisa ser extirpado da administração pública. As contas do governo, para Bastos, precisam ser absolutamente claras e amplamente acessíveis, pois, do contrário, não há como a sociedade fiscalizar os administradores do setor público. Bastos diz que na administração passada, inclusive, o governo já havia decidido, sem estardalhaço, ir extinguindo a grande maioria dos fundos existentes, simplesmente deixando de destinar-lhes recursos.

O "fundismo" no Brasil é uma doença velha. Ela surgiu de uma forma muito tímida no pós-guerra, tendo como inspiração a reconstrução da Europa, catalizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird), organismos criados na reunião de Bretton Woods, nos Estados Unidos, em 1944. Sugeriu-se, daí, que uma forma de se conquistar o desenvolvimento seria pela criação de fundos, voltados para este fim. Foi dentro desta proposta que surgiu no Brasil o Fundo Nacional de Desenvolvimento, em pleno período da industrialização, ao final da década de 50. Este fundo foi extinto em 1979 pelo então ministro Mário Henrique Simonsen, sendo agora, contudo, reeditado pelo governo Sarney. Segundo técnicos do governo, entretanto, a fase mais profícua do "fundismo" ocorreu nos últimos 20 anos do ciclo militar.

Principais fundos mantidos pelo governo — 1986

	Em Cz\$ milhões
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	46.000,00
Fundo Nacional da Agropecuária (FNA)	63.000,00
Fundo de Investimento Social (Finsocial)	15.190,00
Programa de Integração Social (PIS/Pasep)	22.300,00
Programa de Integração Nacional (PIN/Proterra)	5.950,00
Fundo de Participação dos Estados, DF e Territórios (FPE)	23.500,00
Fundo de Participação dos Municípios (PPM)	26.800,00
Fundo Especial (FE)	3.270,00
Fundo de Informática e Process. Dados do Senado	0,09
Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal	0,07
Fundo de Reforma Administrativa	5,50
Fundo Rotativo Habitacional de Brasília	83,76
Fundo de Adm. do Hospital das Forças Armadas	11,20
Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas	3,78
Fundo Federal Agropecuário	70,70
Fundo Geral do Cacau	554,23
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	55,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.755,40
Fundo de Contribuição e Equipamentos Escolares	0,01
Fundo de Educação Especial	0,03
Fundo Especial de Estudos e Pesquisa em Educação	0,01
Fundo do Exército	28,00
Fundo Espec. de Desenvol. e Aperf. das Ativ. Fiscalização	224,00
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento	14,00
Fundo Esp. de Adm. das Empresas Incorporadas	1,11
Fundo de Imprensa Nacional	24,50
Fundo de Desenvolvement. do Ensino Prof. Marítimo	59,20
Fundo de Liquidez da Previdência Social	7.344,00
Fundo da Central de Medicamentos	1.200,00
Fundo da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública	0,42
Fundo Nacional de Saúde	13,30
Fundo do Serv. Nacional de Form. Profiss. Rural	0,21
Fundo Especial de Bolsas de Estudos	0,10
Fundo de Assistência ao Desemprego	141,16
Fundo da Marinha Mercante	5.578,40
Fundo Nacional de Refinanciamento Rural	28,00
Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária	3,85
Fundo de Financiamento às Exportações (Finex)	8.350,00
Fundo do Direito Autoral	0,01
Fundo Nac. de Des. Científico e Tecnológico	531,98
Total	232.103,02

Fonte: orçamento geral da União e Ministério da Fazenda